

MR22: Duzentos anos do Tribunal do Júri no Brasil: gênero, mídia e direitos em disputa

Coordenação: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Participantes: Rochele Fellini Fachinetto (UFRGS), Luiz Eduardo de Vasconcellos (UFRJ), Danni Sales (Ministério Público do Estado de Goiás)

Resumo:

Em 18/06/1822, um decreto de D. Pedro I instituiu o Tribunal do Júri no Brasil, prevendo a sua competência para julgar “causas de abuso da liberdade da imprensa” e determinando que “24 cidadãos escolhidos de entre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas” seriam os “Juizes de Facto”.

Desde então, sua persistência e as muitas reformas pelas quais passou expressam tensões centrais pertinentes a conceitos e direitos como cidadania e liberdade, dentre muitos outros.

Destacaremos questões especialmente relativas ao gênero de réus e vítimas, reportando-nos à recente lei que aprovou o feminicídio (13.104/2015) e tem levado aos plenários casos de violência doméstica e familiar, bem como debates sobre o que configura “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A partir da análise do também recente e em andamento caso da ex-deputada federal Flordelis, acusada de mandar matar o marido, abordaremos a relação entre Júri e imprensa, ambos responsáveis pela (des)construção de sujeitos morais e de suas imagens públicas.

O tema do processo de tomada de decisão pelos jurados que, no Brasil, dentre outras peculiaridades, são submetidos ao princípio da incomunicabilidade, sendo-lhes vetado deliberar coletivamente, também será abordado.

Enfim, frente a outros modelos de Júri, o brasileiro tem certas características que merecem análises acuradas, pois o que se apresenta nas arenas jurídicas é o que também está em disputa no campo sociopolítico.

Entre verdades, moralidades e práticas discursivas: o Caso Flordelis e o tribunal do júri

Autoria: Luiz Eduardo de Vasconcellos

A presente apresentação tem por objeto a descrição e análise das condições de produção discursiva e o lugar dos juízos morais (julgamentos morais) nos contextos das práticas institucionais da Imprensa e da Justiça Criminal (tribunal do júri), no que se refere ao caso criminal da pastora Flordelis, acusada de ser a mandante da morte do seu esposo, o pastor Anderson (caso de repercussão midiática). Partimos da posição analítica de que as verdades jurídica e jornalística são os produtos mais acabados das lógicas de funcionamento de certas instituições. Seguindo esta afirmação, podemos dizer que a verdade é um efeito de sentido. Por outro lado, buscamos compreender o lugar dos juízos morais nas práticas institucionais. As práticas discursivas que constituem os processos de construção da notícia (Imprensa) e de documentos judiciais (no Inquérito Policial e Processo Judicial) encontram-se atravessados por avaliações/julgamentos morais dos atores envolvidos nos eventos interpretados como crimes. Todo esse conjunto de práticas desagua no palco do plenário do tribunal do júri. O julgamento moral é elemento constitutivo das práticas judiciais e jornalísticas e se encontra profundamente implicado no processo de produção da verdade.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

